



A educação e a luta de resistência

10º Encontro Nacional de Educação do PCdoB

Desde a criação da Coordenação de Educação do Comitê Central, foram realizados nove encontros nacionais de educação. Esses encontros ocorreram em momentos decisivos, nos quais o partido necessitava elaborar uma orientação política unificada diante dos novos desafios da conjuntura nacional e educacional.

Os encontros indicaram para deliberação no Comitê Central e nos Comitês Estaduais encaminhamentos, estratégias e formas de organização para a luta. Organizar a nossa atuação sempre foi importante e, neste momento, é fundamental.

O PCdoB tem responsabilidade ampliada neste contexto histórico, já que é força dirigente das principais entidades nacionais da juventude estudantil, como a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (Ubes) e União Nacional dos Estudantes (UNE), que têm liderado as maiores mobilizações nas ruas contra o governo Bolsonaro, e também de professores e auxiliares administrativos, como o Proifes, a Contee e a Fasubra. Participamos ainda das direções nas universidades, faculdades e institutos de ensino e pesquisa. Estamos na direção da ANPG, participamos da direção da Andifes. Temos participação destacada na área científica e tecnológica através da atuação em vários órgãos e entidades. Nossa representação parlamentar e institucional é muito significativa, combativa e referência no campo da educação.

O PCdoB, em sua história, construiu, através da orientação materialista dialética e histórica, uma concepção de educação, de sociedade, de homem e conhecimento. Uma concepção sócio-histórica que se distingue das concepções liberais, mesmo as de democracia ampliada.

Desde sua fundação, o partido sempre esteve presente na luta por um projeto de educação para o Brasil, e as histórias do nosso partido e da educação brasileira após

Comitê Central

Rua Rego Freitas, 192 – República – CEP-01220-907 - São Paulo – SP - Fone: (11) 3054-1800
Página na Internet: <http://www.pcdob.org.br> - Correio Eletrônico: comitecentral@pcdob.org.br



1922 estão conectadas. Atuamos nos momentos de luta pela industrialização no Brasil, pela construção da educação pública e gratuita como direito e dever do Estado, pelo direito dos trabalhadores à alfabetização e à educação de caráter unitário e politécnico.

No momento em que realizamos o 10º Encontro de Educação, diante dos graves retrocessos advindos da derrota estratégica que sofremos, o PCdoB é chamado novamente a ser força de conclamação da ampla unidade em defesa da democracia, dos direitos sociais e trabalhistas, da ciência e da tecnologia, da soberania nacional e da educação pública, gratuita, democrática e inclusiva.

Nosso 10º Encontro tem como tarefa unificar nossa atuação, tirando orientações políticas e organizativas para este momento.

Educação Democrática e Projeto Nacional de Desenvolvimento: educação pública, gratuita, universal, laica e de qualidade socialmente referenciada

A educação se mostrou uma força detonadora da luta de resistência. Isso se explica porque a defesa da educação está ligada à defesa dos direitos universais e à construção de um projeto de nação.

Educação não é somente uma área de conhecimento, nem somente um ramo de atividade sindical. O projeto de educação está estrategicamente ligado à luta histórica do povo brasileiro pelo direito ao conhecimento, à aprendizagem, à pesquisa e ao preparo para o trabalho.

Em todos os momentos históricos nos quais, em nosso país, se discutiu e se buscou implementar um projeto de desenvolvimento democrático e soberano, a educação foi colocada na centralidade desse projeto. Um projeto de nação exige um projeto de educação e o projeto de educação é que indica quais são os elementos, tendências e concepções do desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

Comitê Central

Rua Rego Freitas, 192 – República – CEP-01220-907 - São Paulo – SP - Fone: (11) 3054-1800
Página na Internet: <http://www.pcdob.org.br> - Correio Eletrônico: comitecentral@pcdob.org.br



O Projeto Nacional de Desenvolvimento, dá significado e propósito para a proposta dos comunistas para a educação, ciência, tecnologia e cultura. A concepção de escola básica e de universidade está ligada à concepção de desenvolvimento, de democratização do conhecimento e do acesso aos bens produzidos pela ciência e pela tecnologia.

Os historiadores da educação com perspectiva histórico-crítica, em especial Demerval Saviani, mostram, através de suas pesquisas, o quanto tem sido difícil a construção da educação pública no país. Até hoje não conseguimos construir um Sistema Nacional de Educação, universal e de qualidade, como foi conquistado por outros países da América Latina. Tentativas nesse sentido — como a articulação entre Plano Nacional de Educação, Base Nacional Comum Curricular, Programa Nacional do Livro Didático e Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional —, quando se iniciaram, foram, quase em regra, interrompidas. Exacerbação disso ocorre na situação atual, em que o governo Bolsonaro impõe a destruição da já combalida estrutura do ensino público.

Essa dificuldade de construção do Sistema Nacional de Educação se deve a fatores estruturais da história de nossa sociedade. Como nosso partido aponta em seu programa, poucos foram os momentos em que, no Brasil, tivemos condições políticas de colocar em discussão a implementação de um Projeto Nacional de Desenvolvimento, democrático, soberano e com justiça social. Assim, as características de dependência do país impediram a estruturação de uma educação pública, gratuita e de qualidade para todos(as), bem como a prevalência da disputa entre interesses públicos e privados, em todas as áreas do desenvolvimento da sociedade brasileira, particularmente na educação.

Somam-se a isso os poucos momentos de democracia que tivemos no Brasil. Tivemos apenas três constituições democráticas, sendo exatamente nesses períodos de luta pela construção de uma sociedade democrática que os movimentos pela educação pública e gratuita, como direito e dever do Estado, se fortaleceram. Especialmente após a Constituição de 1988, que, além do capítulo de educação, que define esse princípio, criou

Comitê Central

Rua Rego Freitas, 192 – República – CEP-01220-907 - São Paulo – SP - Fone: (11) 3054-1800
Página na Internet: <http://www.pcdob.org.br> - Correio Eletrônico: comitecentral@pcdob.org.br



a possibilidade da universalização de outros direitos considerados restritos no Brasil até então.

O direito universal à saúde, os direitos de crianças e adolescentes, o direito universal à educação, por exemplo, além das indicações constitucionais, após a década de 1990, período neoliberal de retrocesso, foram regulamentados através de várias leis de Estado. Com a construção do governo popular democrático iniciado desde o primeiro mandato de Lula, passou-se a buscar sua concretização na prática social.

A partir de 2002, com a aprovação de algumas leis e com a democratização do debate educacional, a educação brasileira mudou sua qualidade, em que pese manter ainda sequelas tanto do período neoliberal quanto contraditoriamente, devido à mudança de qualidade da privatização na educação brasileira a partir de 2005, com a entrada do capital aberto na educação.

Nesse período, regulamentou-se a educação infantil e fundamental com a aprovação das diretrizes curriculares e fortalecimento da Secretaria de Educação Básica. Foi também aprovada e implementada a lei do Sinaes (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior), bem como se aumentaram as verbas para a pesquisa e se fortaleceram a Capes e o CNPq.

Foram criados vários órgãos de acompanhamento da implantação de políticas públicas, a exemplo da Conap (Comissão Nacional de Acompanhamento e Controle do Programa Universidade para Todos); da Comissão de Educação, Inclusão e Direitos Humanos; e da Secretaria de Regulação do MEC, cujo objetivo era regulamentar e acompanhar o sistema privado de educação superior. O Conselho Nacional de Educação foi fortalecido.

Nesse período foram realizadas várias conferências de educação: a Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena, a II Conferência Nacional por uma Educação Básica no Campo, a Conferência Nacional da Educação Básica e a primeira e a segunda

Comitê Central

Rua Rego Freitas, 192 – República – CEP-01220-907 - São Paulo – SP - Fone: (11) 3054-1800
Página na Internet: <http://www.pcdob.org.br> - Correio Eletrônico: comitecentral@pcdob.org.br



Conferência Nacional de Educação (Conae), cujo objetivo era propiciar o debate e a participação na elaboração de um diagnóstico e proposição das metas e concepções que deveriam estar presentes na elaboração do segundo PNE.

Essas conferências mobilizaram todos os movimentos sociais e setores educacionais, desde os municípios. Todos os sujeitos políticos participaram da construção de um documento-base que foi aprovado na Conferência Nacional. Foi criado o Fórum Nacional de Educação, depois instituído como órgão do Estado na lei do novo PNE, regulamentando também a realização de conferências a cada quatro anos e várias iniciativas de acompanhamento das metas do Plano Nacional.

Nesse período a educação passou de gasto a investimento e base do desenvolvimento do país. O orçamento de educação, por exemplo, no ministério dirigido por Fernando Haddad, passou de R\$ 20 bilhões para R\$ 100 bilhões em quatro anos. Ainda na área orçamentária foi revogada a DRU (Desvinculação das Receitas da União) criada por FHC quando era ministro da Fazenda, que permitia a retirada de 20% dos recursos da educação para realocação no superávit primário. Foram criados o Fundeb e o piso nacional do magistério.

Foi aprovado o ProUni, um dos programas mais importantes na inclusão de jovens na universidade. O Reuni expandiu e interiorizou o ensino superior público. Foram criadas 18 novas universidades federais, 173 campi universitários e 360 unidades dos institutos federais. O número de alunos da educação superior pública aumentou exponencialmente. Apesar de carecer de melhor regulamentação, o Fies promoveu a inclusão de milhares de jovens na educação superior.

Nesse período várias ações afirmativas foram implementadas possibilitando o ingresso e permanência de milhares de estudantes negros e negras, indígenas e quilombolas na universidade pública. O Pnaes (Plano Nacional de Assistência Estudantil) foi criado, e,

Comitê Central

Rua Rego Freitas, 192 – República – CEP-01220-907 - São Paulo – SP - Fone: (11) 3054-1800
Página na Internet: <http://www.pcdob.org.br> - Correio Eletrônico: comitecentral@pcdob.org.br



embora insuficiente, possibilitou que estudantes mais pobres pudessem se manter nos estudos e se formar.

O Sinaes, através de uma concepção de avaliação e qualidade, de certo modo regulamentou a educação superior privada, avaliando melhor as instituições que investiam na pós-graduação através de programas de mestrado e doutorado *stricto sensu* e que contratavam professores mestres e doutores, com contrato de tempo.

O Sistema de Avaliação da Educação Superior foi posto em prática, em que pesem os constantes ataques que sofreu por colocar em risco os interesses dos setores privatistas na educação superior. O Sinaes, a cada ciclo avaliativo, deixa pública a baixa qualidade de uma grande parte das instituições de educação privada. No último ciclo avaliativo, 60% das instituições privadas tiveram notas 3 e 2.

Apesar de não termos nesse período regulamentado o Sistema Nacional de Educação e o regime de colaboração previsto na Constituição, foram implementados importantes programas de governo, cujos objetivos eram parcerias com os estados e municípios para a formação de professores, a criação de creches e a ampliação do acesso à educação infantil, o aumento das vagas em educação em tempo integral, a melhoria da infraestrutura escolar da educação básica, o fortalecimento dos programas de livros didáticos e a construção de bibliotecas e de salas de informática.

Retirou-se de pauta a inclusão da educação na Organização Mundial do Comércio.

Fortaleceu-se a educação do campo e a EJA, e foram aprovadas orientações e leis de inclusão e igualdade nas escolas (gênero, etnia e orientação sexual). A escola e a educação passaram a ser chamadas a combater o racismo e todo tipo de discriminação.

Fortaleceram-se os princípios da gestão democrática, embora não se tenha regulamentado a autonomia universitária contida na Constituição, além de não se ter

Comitê Central

Rua Rego Freitas, 192 – República – CEP-01220-907 - São Paulo – SP - Fone: (11) 3054-1800
Página na Internet: <http://www.pcdob.org.br> - Correio Eletrônico: comitecentral@pcdob.org.br



também avançado na construção de gestão democrática em todos os diferentes sistemas de ensino.

Foi nesse contexto que foi aprovado o novo PNE, construído democraticamente com metas audaciosas para 2024, inclusive a destinação de 10% do PIB para a educação, além da aprovação da destinação de 75% dos royalties e 50% do fundo do pré-sal para a educação.

Todos esses avanços só foram possíveis porque as organizações educacionais, movimentos sociais e dos trabalhadores(as) atuaram de forma decisiva na disputa da correlação de forças.

O PCdoB, nesse período, foi força dirigente e protagonista dessa luta, atuando de forma organizada.

O PCdoB se destacou na luta pela primeira Conferência Nacional de Educação, atuando organizadamente com fisionomia e propostas próprias em todas as conferências.

O ultraliberalismo: ataque à educação pública, à democracia e ao projeto nacional. A luta de resistência

Após o golpe de 2016, iniciou-se um rápido retrocesso no panorama político-educacional. O ministério dirigido por Mendonça Filho criou a Portaria 953 para estudos da entrada da educação brasileira na Organização Mundial do Comércio. Fizeram a reforma do ensino médio, criando a figura do professor por notório saber, cujo objetivo é a simplificação das licenciaturas.

A finalidade da reforma aprovada foi o rebaixamento da formação e a abertura para o apostilamento e para a educação a distância através de convênios com a iniciativa privada.

Comitê Central

Rua Rego Freitas, 192 – República – CEP-01220-907 - São Paulo – SP - Fone: (11) 3054-1800
Página na Internet: <http://www.pcdob.org.br> - Correio Eletrônico: comitecentral@pcdob.org.br



Acirraram-se as iniciativas de gestão privada da educação pública, inclusive com a colocação da Secretaria de Regulação nas mãos de empresário ligado ao capital aberto.

Foi desmontada a Secretaria de Direitos Humanos e Inclusão e o Fórum Nacional de Educação foi desfigurado com a retirada de entidades representativas, acompanhada da inclusão de representantes privatistas, o mesmo ocorrendo com o Conselho Nacional de Educação.

Atacaram os parâmetros curriculares da educação étnica e racial, retiraram os princípios educacionais de igualdade de gênero, engavetaram a lei que regulamentava o Sistema Nacional de Educação aprovado quando da apreciação do Plano Nacional de Educação e procuraram desfigurar o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, enfraquecendo os critérios de avaliação de qualidade para servir aos interesses do capital privado na educação.

Fizeram uma portaria abrindo a possibilidade de educação a distância desde o ensino fundamental, inclusive com instituições estrangeiras. Mudaram as Bases Nacionais Comuns Curriculares, retirando as referências de gênero e colocando como obrigatório na educação fundamental o ensino religioso.

A reforma trabalhista aprovada durante o governo golpista tem sérios reflexos na educação brasileira, com a introdução do trabalho docente intermitente e terceirizado. A reforma da Previdência retira direitos de todos os trabalhadores, em especial dos professores e professoras.

Com a eleição da ultradireita de orientação ultraliberal a situação se agrava sobremaneira. Assume um governo inimigo da democracia, carrasco do povo e traidor do país.

Comitê Central

Rua Rego Freitas, 192 – República – CEP-01220-907 - São Paulo – SP - Fone: (11) 3054-1800
Página na Internet: <http://www.pcdob.org.br> - Correio Eletrônico: comitecentral@pcdob.org.br



A educação está hoje no centro do retrocesso político, econômico e social pelo qual passa o Brasil. A política do atual governo aprofunda a cartilha de seu antecessor golpista no sentido de servir aos interesses do capital. Na área educacional, isso implica privatizar a educação superior brasileira, facilitar a entrada do capital financeiro também no ensino básico e agradar as grandes corporações internacionais de capital aberto que atuam no país — trazidas, inclusive, para dentro do governo e, como já apontado, do FNE e do CNE — no domínio de instituições públicas e privadas. Não por acaso o ministro da Economia, Paulo Guedes, que atua profissionalmente no campo do capital financeiro na educação, é irmão de Elizabeth Guedes, dirigente da Associação Nacional das Universidades Particulares (ANUP), e o próprio ministro da Educação, Abraham Weintraub, é ligado ao setor privatista de capital aberto.

A situação representa um ataque brutal ao princípio constitucional consagrado da educação como direito e como dever do Estado, bem como a colocação do Brasil, no âmbito da educação, na lógica do mercado, e não da formação de qualidade com as devidas referências sociais.

As investidas governistas contra a educação tiveram início com a apresentação, pela gestão golpista de Michel Temer, da PEC da Morte, ou PEC do Fim do Mundo, transformada na Emenda Constitucional 95, que congelou por 20 anos os investimentos em políticas públicas, entre as quais a educação, inviabilizando por completo o cumprimento do PNE e de suas diretrizes e metas, principalmente no que toca à destinação de 10% do PIB para a educação pública, a instituição do Custo Aluno Qualidade (CAQ) e Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi) — sepultados neste ano pelo CNE — e a implementação do Sistema Nacional de Educação, englobando rede pública e setor privado.

Sobre este último, as forças privatistas que saíram derrotados da II Conferência Nacional de Educação, realizada em 2014, por não quererem a instituição do SNE e a consequente subordinação de seus estabelecimentos de ensino ao sistema e à regulamentação do

Comitê Central

Rua Rego Freitas, 192 – República – CEP-01220-907 - São Paulo – SP - Fone: (11) 3054-1800
Página na Internet: <http://www.pcdob.org.br> - Correio Eletrônico: comitecentral@pcdob.org.br



Estado, encontraram no apoio ao golpe e à retomada do ultraliberalismo uma maneira de destruir as deliberações e a própria legislação e contemplar seus interesses.

O retorno de um modelo econômico ultraneoliberalizante ao poder tem, na gestão de Abraham Weintraub no Ministério da Educação, a definitiva e escancarada ascensão dos privatistas ao alto escalão do MEC, com acesso livre aos mais de R\$ 100 bilhões de orçamento da pasta. Mesmo a guerra ideológica a que o ministro, olavista que é, se propõe, com perseguição e criminalização de docentes para combater um suposto “marxismo cultural”, vem servir como luva ao capital financeiro e aos inúmeros processos de privatização da educação.

Esses dois vieses estão evidentes no corte orçamentário imposto às universidades e institutos federais, seguido da nomeação de interventores para essas instituições. Por um lado, como ministro do movimento Escola Sem Partido — reacionário, ultraconservador, antidemocrático e profascista —, Weintraub valeu-se da justificativa de que as medidas visam combater a “balbúrdia”, termo que ele atribui a uma concepção de educação crítica e democrática. Por outro, como ministro dos privatistas, logo após o anúncio dos cortes, afirmou que o crescimento do ensino superior no Brasil acontecerá via setor privado e que o MEC dará liberdade a esses estabelecimentos.

Em outras palavras, o MEC contempla os anseios de duas forças golpistas (repletas de interseções) com um golpe só. Uma das medidas nesse sentido é a destinação de bolsas do ProUni, em sua maioria, para cursos na modalidade Educação a Distância (EaD), sem garantia de qualidade e com rebaixamento da formação, precarização das condições de trabalho, aliada à desprofissionalização do magistério e à uberização da atividade docente.

A primazia do MEC ao ensino privado atende ao forte lobby feito pelo setor e representa sua completa desregulamentação, a fim de transformar a educação em mercadoria total. As duas coisas estão interligadas: o atual governo é contra a educação pública, tanto que

Comitê Central

Rua Rego Freitas, 192 – República – CEP-01220-907 - São Paulo – SP - Fone: (11) 3054-1800
Página na Internet: <http://www.pcdob.org.br> - Correio Eletrônico: comitecentral@pcdob.org.br



vem destruindo as universidades, e é privatista, ligado ao capital aberto e internacional. Então, seu propósito é de fato o desmanche de uma — a rede pública — e a desregulação da outra — a educação privada de caráter mercantil.

O Future-se é exemplo claro dessas intenções. Lançado em julho pelo MEC, o programa tem como finalidade o estímulo para que as universidades e institutos federais captem receitas próprias por meio de contratos com organizações sociais e atuação dentro de modelos de negócios privados.

O cerne da proposta é a entrada e atuação do capital privado nas instituições, o que vai — pela lógica da pretensa eficiência econômica, do lucro, da entrega de produtos — na contramão de uma educação superior de qualidade que compreende, além do ensino, pesquisa e extensão. Mais do que isso, trata-se de um crime de lesa-pátria, já que se dispõe a entregar o patrimônio intelectual e científico acumulado pelas universidades públicas como moeda de troca para estratégias de comercialização e financeirização.

Não por acaso o programa que deixa as universidades federais à deriva tem sido chamado de Fatura-se, uma vez que, por trás dele, o que há é mais um mecanismo de privatização. Ele também é, no entanto, a destruição da autonomia universitária, da democratização do ensino superior e de um projeto soberano de nação, que passa necessariamente pela educação crítica.

Enquanto tenta privatizar as universidades e institutos federais, o governo, cujo posicionamento é claramente anticiência (haja vista a busca de controle ideológico e a censura a órgãos como IBGE, Fiocruz e Inpe), também tem sistematicamente tentado desmontar a pesquisa no Brasil. Já são milhares as bolsas financiadas pela Capes e pelo CNPq que foram suspensas e/ou congeladas nos últimos meses, o que inviabiliza pesquisas em andamento e avanços científicos necessários para o Brasil.

Comitê Central

Rua Rego Freitas, 192 – República – CEP-01220-907 - São Paulo – SP - Fone: (11) 3054-1800
Página na Internet: <http://www.pcdob.org.br> - Correio Eletrônico: comitecentral@pcdob.org.br



Contra isso, o PCdoB mostrou-se mais uma vez alerta em sua atuação parlamentar e é o partido responsável pela apresentação de projeto de lei, em tramitação na Câmara dos Deputados, que veda o cancelamento, a interrupção e o corte de bolsas de apoio à pós-graduação e à pesquisa. A proposta também tenta conter os impactos do bloqueio de R\$ 5,8 bilhões do orçamento de 2019 para a educação.

Entretanto, a universidade pública não é a única a estar sob o bombardeio de um governo belicista (e não somente por sua defesa da liberação de armas). Por lei, o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) tem validade até 31 de dezembro de 2020. Atualmente, tramitam propostas parlamentares no Congresso Nacional que tentam estabelecer um pacto pela permanência do fundo. Contudo, há divergências sobre a composição orçamentária, sobretudo no que diz respeito ao repasse da União, que atualmente é de 10%.

Na Câmara, trabalha-se para que esse repasse seja de 30%; no Senado, 40%. A proposta do governo, contudo, em alinhamento entre MEC e Ministério da Economia, é de que o repasse da União ao Fundeb chegue aos 15%, em uma escala progressiva de um ponto percentual ao ano, até atingir a marca, em cinco anos. Consentir um aumento de cinco pontos percentuais não é uma benesse, mas uma estratégia: tirar orçamento de programas educacionais para colocar no Fundeb, o que, na prática, implica um desinvestimento em educação.

Nas eleições, Jair Bolsonaro defendeu o aumento de investimento para a educação básica em detrimento do ensino superior. Eleito, cortou dos dois. Em maio, apesar do discurso de dar prioridade à base do ensino público, bloqueou ao menos R\$ 2,4 bilhões que estavam previstos para investimentos em programas da educação infantil ao ensino médio. Enquanto isso, escolas tem sido militarizadas, violando o artigo 206 da Constituição — da “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber”, do “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas” e da gestão

Comitê Central

Rua Rego Freitas, 192 – República – CEP-01220-907 - São Paulo – SP - Fone: (11) 3054-1800
Página na Internet: <http://www.pcdob.org.br> - Correio Eletrônico: comitecentral@pcdob.org.br



democrática do ensino público — e o artigo 15 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação — que regulamenta a prerrogativa de autonomia das escolas, progressivamente assegurada, em vertente oposta à intervenção de militares na gestão escolar.

Além da militarização, a privatização também ronda o ensino básico, inclusive na abertura ao homeschooling. A educação domiciliar traz consigo diversos retrocessos e perigos: fere o direito à socialização, essencial para o desenvolvimento socioafetivo de crianças e adolescentes; deixa crianças que sofrem abuso de qualquer natureza dentro de suas casas à mercê de seus abusadores; compromete o desenvolvimento intelectual dos estudantes, uma vez que esse é associado ao desenvolvimento social; representa mais uma medida de desprofissionalização do professor, substituindo um profissional com formação universitária e pedagógica obrigatória de no mínimo quatro anos por qualquer pessoa e/ou manual de aprendizagem.

Uma das motivações para o governo defender o homeschooling é atender à demanda do movimento Escola Sem Partido e a um ataque que é também ideológico e interno, endossado por parcela dos pais de estudantes. Frente a isso, todos os professores, estudantes e pais que defendem a democracia têm um compromisso com esse debate, porque não se trata de um ataque meramente econômico, mas ideológico — e muito avançado.

Outra motivação do MEC é escancarar um novo nicho para a iniciativa privada: o das avaliações. Isso porque, com o homeschooling, empresas de capital aberto como a Pearson passam a ter mais uma porta de entrada aberta, recebendo verbas para a realização das provas e tendo a seu dispor um novo mercado de “ajuda” no preparo para o exame anual e/ou para a recuperação.

Esse movimento pretende uma reforma estrutural na educação pública, inclusive nas universidades, promovendo a guerra ideológica contra o conhecimento na escola básica e na universidade.

Comitê Central

Rua Rego Freitas, 192 – República – CEP-01220-907 - São Paulo – SP - Fone: (11) 3054-1800
Página na Internet: <http://www.pcdob.org.br> - Correio Eletrônico: comitecentral@pcdob.org.br



Vê-se, por tudo isso, que uma onda antipopular e antidemocrática ataca os direitos universais e atua no sentido da retirada do Estado e da ampliação e incentivo aos interesses privatistas e do mercado. Assim, o ataque ao sistema público e gratuito da educação em todos os níveis faz parte central da agenda ultraliberal.

Está em curso um desmonte do Sistema de Ciência e Tecnologia, atacando a pesquisa e a produção científica e colocando em risco uma história de construção de suporte de incentivo e investimentos. O sistema de avaliação da Capes está sob ameaça, assim como também a continuidade do CNPq. Como já foi dito, o projeto em curso associa o liberalismo e o anti-intelectualismo; a vertente liberal e ideológica de ultradireita.

Esse projeto de governo atenta contra a liberdade do ensino e pesquisa e busca tolher os direitos das crianças e jovens através de várias medidas, desde a militarização das escolas até o ensino domiciliar. Pretende formar uma juventude alienada que faz tudo que o fundamentalismo antidemocrático orienta. Esse projeto de educação atenta também contra a liberdade de ensinar e contra a integridade física de professores, estudantes e funcionários da educação. Atenta contra as ciências humanas e o pensamento crítico, contra todo o conhecimento produzido desde a modernidade; institui um ambiente agressivo de relativismo e de agnosticismo; e promove o obscurantismo.

O ataque à cultura é parte desse processo.

Foi contra tudo isso que milhares foram as ruas. Não foram só os estudantes e trabalhadores de educação que se indignaram e se manifestaram. As ruas foram tomadas por um conjunto enorme e amplo de pessoas e representações. A educação é polo aglutinador de amplos setores sociais em especial dos trabalhadores.

Como assinala a resolução do Comitê Central aprovada em 18 de agosto de 2019:

Comitê Central

Rua Rego Freitas, 192 – República – CEP-01220-907 - São Paulo – SP - Fone: (11) 3054-1800
Página na Internet: <http://www.pcdob.org.br> - Correio Eletrônico: comitecentral@pcdob.org.br



“Há um potencial de resistência crescente. A indignação latente vai se transformando em luta, na qual se destaca o forte poder de mobilização da educação pública. O desafio é acumular paulatinamente a resistência ativa e dar segmento ao exitoso calendário de mobilizações amplas, unitárias e volumosas que remonta ao 8 de março, passa pelo 1º de maio, teve seu auge em maio/junho e foi retomado em 13 de agosto, com o vigoroso ‘tsunami em defesa da educação e contra a reforma da Previdência’, e em 14 de agosto, com a forte Marcha das Margaridas. Está marcada para 7 de setembro a próxima manifestação em defesa da educação, a qual tende a agregar outros movimentos e bandeiras, como defesa da soberania nacional, da democracia e dos direitos.”

Nesse cenário, a unidade e esforços amplos são fundamentais.

Propostas e orientações organizativas:

Esse 10º encontro de educação do PCdoB deve tirar orientações gerais organizativas e de luta.

A conjuntura mudou qualitativamente; dessa forma, as bandeiras de luta do período anterior se esgotaram, não porque perderam a validade, mas porque a correlação de forças atuais nos impedem de continuarmos na fase na qual estávamos colocando em prática políticas públicas de fundamento democrático.

Tivemos uma derrota estratégica.

O PCdoB foi força protagonista na orientação e organização da resistência desde 2016. Na educação, orientamos a criação do Comitê Nacional da Educação contra o Golpe, que depois se transformou em Fórum Nacional Popular de Educação.

Esse Fórum organizou uma grande Conferência de Educação em 2018, em Belo Horizonte, com mais de 5 mil delegados.

Comitê Central

Rua Rego Freitas, 192 – República – CEP-01220-907 - São Paulo – SP - Fone: (11) 3054-1800
Página na Internet: <http://www.pcdob.org.br> - Correio Eletrônico: comitecentral@pcdob.org.br



No entanto, estamos em uma nova fase de resistência e devemos, como tem orientado nosso partido, buscar construir formas, as mais amplas e unitárias, em defesa da educação pública, gratuita, democrática e da manutenção das escolas de gestão pública, bancadas pelo Estado com recursos públicos, assim como em defesa da ciência e da pesquisa.

Apesar de algumas alterações na sua constituição e coordenação, ainda existem dentro do Fórum Nacional Popular de Educação resistências à sua ampliação. Devemos continuar atuando no sentido de transformar esse Fórum em um instrumento de fortalecimento da frente ampla na educação.

O encontro de reestruturação partidária orientou que é preciso ampliar a relação com a intelectualidade das áreas da educação, da ciência e da tecnologia, da cultura e da arte, do esporte e do lazer, e organizar e pôr em ação aqueles(as) intelectuais, educadores(as), cientistas, atletas e artistas que são filiados(as) ao partido.

É preciso também estabelecer um programa prioritário para a batalha de ideias. Nele, devem-se destacar, entre outros temas, a defesa do papel do Estado no desenvolvimento soberano; a importância dos partidos e da política democrática; a defesa de uma educação que valorize a laicidade e a pluralidade de ideias e os ideais de solidariedade — em contraposição ao individualismo exacerbado disseminado pelo neoliberalismo —, de igualdade social, de defesa da moral e da ética da classe trabalhadora, e do combate à corrupção.

Especial atenção deve ser dada, no atual momento de protagonismo da juventude, da comunidade educacional e dos(as) trabalhadores(as), à resistência de rua contra o governo Bolsonaro, na designação de quadros nos estados com a responsabilidade de estruturar e consolidar organismos de bases nas universidades, institutos federais e estaduais, grandes colégios, envolvendo estudantes, pós-graduandos, professores(as) e

Comitê Central

Rua Rego Freitas, 192 – República – CEP-01220-907 - São Paulo – SP - Fone: (11) 3054-1800
Página na Internet: <http://www.pcdob.org.br> - Correio Eletrônico: comitecentral@pcdob.org.br



funcionários(as). Chama a atenção nas manifestações estudantis a criatividade e a potencialidade de uma nova militância juvenil e feminina em formação, que, se atraída para as fileiras da UJS/JPL e do PCdoB, colocará nossa atuação na academia e na comunidade educacional num nível superior.

Devemos construir um amplo movimento em defesa da educação pública e democrática, da ciência e tecnologia. Movimento amplo e combativo que congregue cientistas, educadores, intelectuais e todas as organizações educacionais e científicas.

É preciso ainda continuar orientando nossa atuação pela ampliação do Fórum Nacional Popular de Educação, que deverá integrar esse movimento mais amplo.

Na educação básica, os educadores de nosso partido que formam a infância e a juventude podem cumprir, nos próximos anos, importante papel na luta de ideias e na resistência ao projeto ultraliberal do atual governo.

São várias as questões importantes para nosso partido, com o objetivo de construirmos uma pauta para que os debates nas instâncias partidárias em cada estado e município se estendam para nossa atuação tanto nas entidades sindicais quanto nas escolas, se ampliem e ganhem profundidade, travando a luta de ideias através da defesa de bandeiras que evidenciem nossa concepção.

Tanto o partido quanto o movimento dos educadores nas suas entidades têm acumulado um conjunto de ações de resistência ao longo dos últimos anos. Buscando sintonia com nossos princípios e a luta mais geral pela democracia, destacamos algumas para debate neste 10º Encontro Nacional:

- 1) condenar os processos de privatização da educação pública em suas variadas formas (vouchers, contratos de gestão, contratos de impacto social e parcerias

Comitê Central

Rua Rego Freitas, 192 – República – CEP-01220-907 - São Paulo – SP - Fone: (11) 3054-1800
Página na Internet: <http://www.pcdob.org.br> - Correio Eletrônico: comitecentral@pcdob.org.br



- público-privadas) no campo da educação, com vistas a fortalecer a gestão democrática e a educação pública, gratuita e de gestão pública;
- 2) colocar a luta pelo Fundeb como prioritária, com ênfase na destinação das verbas públicas do Fundo somente para as escolas públicas estatais e de gestão pública;
 - 3) lutar pela reconstrução do Ministério da Ciência e Tecnologia;
 - 4) condenar e denunciar os tratados internacionais que visem regular ações nacionais no campo dos serviços educacionais, como o Tisa;
 - 5) combater os processos de padronização da educação — BNCC, BNC da Formação de Professores —, os quais, associados à avaliação de larga escala censitária, conduzem à eliminação de experiências inovadoras, impondo limitações à formação e padrões culturais arbitrários que marginalizam, excluem e, além disso, destroem especificidades de culturas locais;
 - 6) lutar pela revogação da Base Nacional Comum Curricular atual (fundamental e médio), substituindo-a por outra construída com os educadores e com os pais, bem como revogar a Lei da Reforma do Ensino Médio;
 - 7) lutar contra a desprofissionalização dos profissionais da educação no âmbito da educação pública e da educação privada, assegurando condições adequadas para seu trabalho, sua formação teórica e prática, bem como a obrigatoriedade do pagamento do piso salarial;
 - 8) articular-se com o MST e os educadores do campo contra o fechamento de escolas públicas nas comunidades urbanas e no campo;
 - 9) fortalecer as entidades estudantis em cada universidade e em cada escola, bem como as formas de organização dos profissionais da educação em todos os níveis;
 - 10) ampliar a participação dos pais nas instâncias de gestão das escolas com o mecanismo de combate às ideias retrógradas em destaque neste governo;
 - 11) lutar pela liberdade de ensino e pesquisa e contra todo tipo de ataque ao trabalho da docência;
- lutar para que a escola seja um local de luta antirracista, contra a LGBT fobia e todas as outras formas de discriminação.

Comitê Central

Rua Rego Freitas, 192 – República – CEP-01220-907 - São Paulo – SP - Fone: (11) 3054-1800
Página na Internet: <http://www.pcdob.org.br> - Correio Eletrônico: comitecentral@pcdob.org.br



Na educação superior, buscar agregar, nessa luta em defesa da ciência e da liberdade democrática de produção de pesquisa, a representação das áreas da Capes, colocando como bandeira a defesa de sua autonomia. Devemos colocar na nossa pauta de luta a reconstrução do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Voltar a colocar na pauta, na luta em defesa da educação superior pública, uma nova e atual concepção de reforma universitária. É preciso, diante do projeto de privatização, apresentar um projeto alternativo; em que pese a correlação ser desfavorável, a luta de ideias dentro das universidades se colocará como fundamental.

É importante que o partido organize, nos estados e municípios, coordenações de educação e, se possível, já ampliadas com representantes da intelectualidade e de cientistas, articulando a luta em defesa da educação com aquela em prol da ciência e da tecnologia.

No âmbito nacional, o Comitê Central deve também discutir uma nova formatação da atual coordenação de educação.

Organizar um Fórum Nacional das Frações do partido.

Por fim, devemos nos aproximar cada vez mais das amplas camadas do povo. A defesa da educação é polo de aglutinação e se articula estrategicamente com nosso projeto nacional de desenvolvimento. Nesse sentido, a batalha de 2020, que já começou, deve se constituir em momento privilegiado de ampliação de nossa força e influência nesse campo.

São Paulo, 01/09/2019.

10º Encontro Nacional de Educação

Comitê Central

Rua Rego Freitas, 192 – República – CEP-01220-907 - São Paulo – SP - Fone: (11) 3054-1800
Página na Internet: <http://www.pcdob.org.br> - Correio Eletrônico: comitecentral@pcdob.org.br